

RELATÓRIO & CONTAS

EXERCÍCIO DE 2025



CASA DO POVO DE SANTO ANTÓNIO

Sede Social: Rua Mãe de Deus, 7-B - Edifício Polivamente Santo António - Ponta Delgada

NIPC: 512 014 302



ORGÃOS SOCIAIS DA CASA DO POVO DE SANTO ANTÓNIO

ASSEMBLEIA GERAL

| | |
|------------------------------------|---------------|
| João Duarte Soares Arruda | Presidente |
| Daniel Aguiar Viveiros | 1º Secretário |
| Manuel António Câmara Fernandes | 2º Secretário |
| Ana Maria Aguiar Carvalho Cordeiro | Suplente |
| Maria Helena Silva Pereira Câmara | Suplente |

DIREÇÃO

| | |
|-------------------------------------|------------|
| Maria do Carmo Aguiar Viveiros Reis | Presidente |
| Marco Aurélio Arruda Cabral | Tesoureiro |
| Paulo Manuel Melo Oliveira | Secretário |
| Sónia Maria Arruda Cabral | Suplente |
| Raquel Pereira da Costa Pedro | Suplente |

CONSELHO FISCAL

| | |
|--------------------------------|------------|
| José António Soares Arruda | Presidente |
| João Duarte Cabral Freitas | 1º Vogal |
| Manuel António Rebelo Reis | 2º Vogal |
| Diana Catarina Carvalho Arruda | Suplente |
| Susana Pavão Borges Oliveira | Suplente |



Mensagem da Presidente da Casa do Povo

Caros sócios,

É com um profundo sentido de realização e orgulho que vos apresentamos o relatório e contas de 2025 da Casa do Povo de Santo António. Este documento transcende a mera formalidade financeira; é um testemunho vivo do nosso percurso anual, marcado pela persistência e pela convicção inabalável no nosso propósito de servir e enriquecer a vida da nossa comunidade. Em cada página, reflete-se a energia e o compromisso que depositamos diariamente na construção de um futuro mais inclusivo e promissor para todos.

Ao longo de 2025, os nossos programas centrais – desde os centros de apoio escolar, que iluminam o caminho educacional de crianças e jovens, até ao vibrante centro de convívio para os nossos seniores – não só floresceram como se reinventaram. Cada iniciativa foi um passo firme na construção de pontes para a inclusão, no fomento de laços intergeracionais e na garantia de que a esperança e o apoio chegam a quem mais precisa. Tivemos a oportunidade de testemunhar de perto o florescer de novos sorrisos, o fortalecimento de conhecimentos e o renascimento do espírito comunitário em cada canto das nossas instalações.

Este notável percurso de sucesso deve-se, antes de mais, à dedicação exemplar e ao inesgotável empenho dos nossos colaboradores. Foram eles a verdadeira força motriz por trás de cada projeto, transformando desafios em oportunidades e consolidando o impacto social da Casa do Povo de Santo António junto das comunidades que servimos. A sua capacidade de ir além das expectativas traduziu-se não apenas num profundo sentido de pertença para a nossa comunidade, mas também na robustez dos resultados institucionais que hoje celebramos. Gostaríamos, igualmente, de sublinhar a parceria indispensável do Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA), do Município de Ponta Delgada e da Fundação LaCaixa, cuja confiança e apoio financeiro são os pilares que nos permitem sonhar e concretizar cada vez mais.

Ao olharmos para o futuro, a Casa do Povo de Santo António reitera o seu compromisso essencial com os valores da solidariedade, da inclusão e do apoio mútuo. Este relatório é, portanto, um convite a refletirmos sobre o poder da colaboração e a prosseguirmos juntos na edificação de uma sociedade mais justa e equitativa, onde cada indivíduo encontra o seu lugar e o seu valor. Que o percurso de 2025 nos inspire a trilhar novos caminhos, sempre com a certeza de que somos mais fortes quando atuamos em conjunto.

Santo António, 4 de março de 2026

A Presidente da Direção

Maria do Carmo Aguiar Viveiros Reis



Análise da Situação Económica e Financeira

Em conformidade com o estabelecido nos Estatutos da Casa do Povo de Santo António, que doravante designada por CPSA, a Direção apresenta o relatório e contas para apreciação do ano económico de 2025. Para o efeito, depois de obtido o parecer do Conselho Fiscal, apresentamos mapas de pormenor, facilitadores para a compreensão e análise. Apesar da informação legalmente exigível se encontrar disponível no anexo, que integra as demonstrações financeiras que são parte integrante do presente documento, apresentamos informação complementar, a qual permite melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida.

Rendimentos e réditos

Os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, perfizeram um total de 486.763 euros, distribuído pelas grandes rubricas:

| Rubricas | 2025 | 2024 | Var. Abs | Var. % |
|-------------------------------------|----------------|----------------|---------------|---------------|
| 72 Prestações de serviços | 45 067 | 35 690 | 9 377 | 26,27% |
| 75 Subsídios à exploração | 408 510 | 371 837 | 36 672 | 9,86% |
| 78 Outros rendimentos e ganhos | 32 755 | 31 771 | 984 | 3,10% |
| 79 Juros, dividendos e outros rend. | 432 | 428 | 4 | 0,94% |
| TOTAL | 486 763 | 439 725 | 47 038 | 10,70% |

Uma breve análise permite verificar que a principal fonte de receita se mantém inalterada, ou seja, a Casa do Povo de Santo António subsiste com as suas valências em funcionamento em função dos acordos de cooperação com o Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA), embora as prestações de serviços constituam 9% do total da receita anual. Nos Subsídios à Exploração estão também registados os valores do apoio da Câmara Municipal de Ponta Delgada e da Fundação La Caixa. A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos apresenta um ligeiro crescimento em função da imputação ao exercício da parte correspondente aos subsídios diferidos relacionados com apoios aos investimentos realizados pela instituição.

Gastos e perdas

Os gastos e perdas ocorridos no período em análise perfizeram um total de 384.946 euros, distribuídos pelas seguintes grandes rubricas:

| Rubricas | 2025 | 2024 | Var. Abs | Var. % |
|-------------------------------------|----------------|----------------|---------------|---------------|
| 61 CMVMC | 3 638 | 3 159 | 479 | 15,16% |
| 62 Fornecimento e serviços externos | 30 610 | 28 091 | 2 519 | 8,97% |
| 63 Gastos com o pessoal | 310 670 | 280 812 | 29 859 | 10,63% |
| 64 Gastos de depreciação | 39 672 | 35 157 | 4 515 | 12,84% |
| 68 Outros gastos e perdas | 357 | 610 | -253 | -41,51% |
| TOTAL | 384 946 | 347 829 | 37 118 | 10,67% |



Em termos de resultado, registamos um lucro de 101.816,62 euros. Este resultado positivo advém, em grande parte, do aumento significativo das participações do Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA) e do apoio do Município de Ponta Delgada, a que se somou uma gestão rigorosa que garantiu um crescimento das receitas substancialmente superior ao dos custos.

O ano de 2025 foi particularmente favorável, com um ajuste em alta dos valores pagos pelo ISSA. Este acerto aos montantes padrão para as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) proporcionou-nos uma importante folga financeira. A este fator juntou-se um reforço do apoio camarário, direcionado para um projeto específico e de grande valor com os nossos idosos.

Em linha com o nosso compromisso com as pessoas, os custos com pessoal registaram um crescimento de 11% face ao ano anterior. Este aumento reflete o crescimento do número de colaboradores, incluindo a contratação de elementos em regime parcial, um investimento estratégico na nossa equipa. Destacamos ainda o reforço salarial possibilitado pelo programa Pro Infância, com o apoio fundamental da Fundação La Caixa.

Reconhecemos que o investimento no nosso capital humano é significativo, representando cerca de 80% do total dos custos e 63% dos proveitos. Contudo, encaramos esta verba como um investimento de valor inestimável, dada a excepcional qualidade e dedicação dos nossos profissionais e o impacto positivo do trabalho que desenvolvem.

Durante o ano de 2025, a Casa do Povo de Santo António operou com um quadro médio de 13 funcionários.

Orgulhamo-nos de ter mantido, ao longo de todo o exercício de 2025, todos os pagamentos em dia, quer para com o nosso pessoal, quer para com os fornecedores e o Estado. Este é um reflexo da nossa solidez financeira e da responsabilidade com que gerimos os nossos compromissos.

De referir que a maioria das principais rubricas de custos registou aumentos, que consideramos normais face à intensificação da nossa atividade. Este crescimento resultou da concretização de novos projetos que mereceram o apoio de entidades como o Município de Ponta Delgada e a Fundação La Caixa, demonstrando o impacto e a relevância das nossas iniciativas.

A Casa do Povo de Santo António mantém uma situação líquida robusta e rácios económico-financeiros saudáveis, o que nos permite olhar para o futuro com confiança e segurança, sempre com o mais elevado sentido de responsabilidade.

Investimentos

Em 2025 a instituição adquiriu mais alguns equipamentos para uso dos CTALs e do CCJ, nomeadamente, mobiliário específico e adequado para as crianças, 3 quadros interativos que se têm revelado de grande utilidade e constituído uma mais-valia de relevo nas atividades desenvolvidas e alguns jogos, consolas e equipamentos de diversão para os mais crescidos. O investimento total ascendeu a 16.480,17€.



Conclusão

A nossa gestão demonstrou ser eficaz e equilibrada, com decisões estratégicas claras que salvaguardaram sempre o cumprimento das metas e dos propósitos definidos. Este sucesso foi, sem dúvida, fruto do empenho e da união de todos, que nos permitiu alcançar os objetivos, superar os desafios e vencer as dificuldades que surgiram. Nos termos de tudo que antecede, a Direção propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2025.
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - 2.1. A importância de 101.816,62 euros para a conta de «Resultados Transitados»;
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da CPSA, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas as entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a nossa instituição, no exercício objeto de relato.



Balço e Demonstração de Resultados

Balço em 31 de dezembro de 2025

(Montantes expressos em Euros)

| Rubricas | Notas | 2025 | 2024 |
|---|-------|----------------|----------------|
| ATIVO | | | |
| ATIVO NÃO CORRENTE | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | 64 582 | 85 906 |
| Ativos fixos intangíveis | 5 | 0 | 1 867 |
| Total de ativo não corrente | | 64 582 | 87 773 |
| ATIVO CORRENTE | | | |
| Créditos a receber | 7.1 | 1 274 | 1 454 |
| Estado e outros entes públicos | 9.1 | 76 | 75 |
| Outros activos correntes | | - | - |
| Activos não correntes detidos para venda | | - | - |
| Caixa e depósitos à ordem | 7.2 | 364 669 | 251 403 |
| Total de ativo corrente | | 366 018 | 252 932 |
| TOTAL DO ATIVO | | 430 600 | 340 705 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| FUNDOS PATRIMONIAIS | | | |
| Outras variações patrimoniais | 9.2 | 104 584 | 121 420 |
| Resultados transitados | 9.2 | 176 466 | 84 569 |
| Resultado líquido do período | 9.2 | 101 817 | 91 897 |
| TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL | | 382 866 | 297 886 |
| PASSIVO | | | |
| PASSIVO CORRENTE | | | |
| Fornecedores | 6 | -648 | 0 |
| Estado e outros entes públicos | 9.1 | 7 138 | 4 110 |
| Outras contas a pagar | 7.1 | 41 244 | 38 708 |
| Total do passivo corrente | | 47 734 | 42 818 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 47 734 | 42 818 |
| TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO | | 430 600 | 340 705 |



Demonstração de Resultados

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2025

(Montantes expressos em Euros)

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | 2025 | 2024 |
|--|-------|----------------|----------------|
| Vendas e serviços prestados | 6 | 45 067 | 35 690 |
| Subsídios à exploração | 6 | 408 510 | 371 837 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 9.3 | -3 638 | -3 159 |
| Fornecimentos e serviços externos | 9.3 | -30 610 | -28 091 |
| Gastos com o pessoal | 8 | -310 670 | -280 812 |
| Outros rendimentos e ganhos | 6 | 32 755 | 31 771 |
| Outros gastos e perdas | 10 | -357 | -610 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 141 057 | 126 626 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 4 - 5 | -39 672 | -35 157 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 101 385 | 91 469 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 6 | 432 | 428 |
| Resultado antes de impostos | | 101 817 | 91 897 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | | 0 | 0 |
| Resultado líquido do exercício | | 101 817 | 91 897 |

Demonstração dos resultados por funções do período findo em 31 de dezembro de 2025

(Montantes expressos em Euros)

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | 2025 | 2024 |
|--|-------|----------------|---------------|
| Vendas e serviços prestados | | 45 067 | 35 690 |
| Custo das vendas e dos serviços prestados | | -3 638 | -3 159 |
| Resultado bruto | | 41 429 | 32 531 |
| Outros rendimentos | | 441 696 | 404 036 |
| Gastos de distribuição | | - | - |
| Gastos administrativos | | -341 280 | -308 903 |
| Gastos de investigação e desenvolvimento | | - | - |
| Outros gastos | | -40 028 | -35 767 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 101 817 | 91 897 |
| Gastos de financiamento (líquidos) | | - | - |
| Resultado antes de impostos | | 101 817 | 91 897 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | | 0 | 0 |
| Resultado líquido do exercício | | 101 817 | 91 897 |



Demonstração Fundos Patrimoniais

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2025

| Reconciliação dos fundos patrimoniais | Fundos | Resultados transitados | Outras variações dos fundos patrimoniais | Resultado líquido do período | Total |
|--|--------|------------------------|--|------------------------------|----------|
| Posição em 1 de janeiro de 2025 (ESNL) | 0 | 84 569 | 121 420 | 91 897 | 193 533 |
| Resultado líquido do período de 2025 | 0 | 91 897 | | 101 817 | 193 713 |
| Outras variações | 0 | 0 | -16 837 | -91 897 | -108 733 |
| Posição em 31 de dezembro de 2025 (ESNL) | 0 | 176 466 | 104 584 | 101 817 | 382 866 |

**Demonstração Fluxos de Caixa**

Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025

| Rubricas | 2025 | 2024 |
|--|----------------|----------------|
| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | 42 748 | 34 236 |
| Pagamentos de subsídios | -380 | |
| Pagamentos de apoios | | |
| Pagamentos de bolsas | | |
| Pagamentos a fornecedores | -11 031 | -43 897 |
| Pagamentos ao pessoal | -195 436 | -192 850 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | |
| Outros recebimentos/pagamentos | 293 412 | 302 886 |
| Total fluxos de caixa das atividades operacionais | 129 314 | 100 375 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Ativos fixos tangíveis | -16 480 | -83 948 |
| Ativos fixos intangíveis | | |
| Investimentos financeiros | | |
| Outros ativos | | |
| Recebimentos respeitantes a: | | |
| Ativos fixos tangíveis | | |
| Ativos fixos intangíveis | | |
| Investimentos financeiros | | |
| Outros ativos | | |
| Subsídios ao investimento | | 41 427 |
| Juros e rendimentos similares | 432 | 428 |
| Dividendos | | |
| Total fluxos de caixa das atividades de investimento | -16 049 | -42 093 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Financiamentos obtidos | | |
| Realização de fundos | | |
| Cobertura de prejuizos | | |
| Doações | | |
| Outras operações de financiamento | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Financiamentos obtidos | | |
| Juros e gastos similares | | |
| Dividendos | | |
| Reduções de fundos | | |
| Outras operações de financiamento | | |
| Total fluxos de caixa das atividades de financiamento | 0 | 0 |
| Variação de caixa e seus equivalentes | 113 266 | 58 282 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 251 403 | 193 121 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 364 669 | 251 403 |



Anexo

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - Designação da entidade: Casa do Povo de Santo António

1.2 – Sede: Rua Mãe de Deus, 7-B – Edifício Polivalente de Santo António 9545-437 Santo António PDL, Açores

1.3 – Natureza da atividade: A Casa do Povo de Santo António (CPSA) é uma associação sem fins lucrativos, equiparada a instituição particular de solidariedade social pelo Decreto Legislativo Regional nº 22/99/A, de base associativa, constituída por tempo indeterminado. É uma pessoa **coletiva de utilidade pública**, nos termos do nº 1 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 4/82, de 11 de Janeiro, adaptado à Região pelo Decreto Regulamentar Regional nº 31/82/A, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 246/90, de 27 de Julho, adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional nº 28/92/A, de 20 de Novembro, usufruindo, portanto, das regalias especiais previstas nos diplomas legais de utilidade pública, nomeadamente, das constantes no Decreto-Lei nº 460/77, de 7 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro. A Casa do Povo de Santo António é ainda equiparada a centro popular dos trabalhadores nos termos do disposto no artigo 29º do Decreto-Lei nº 4/82, de 11 de janeiro.

1.4 – Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5 – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código de contas;
- Aviso n.º 6726 – B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNS-ESNL.



2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2024.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da CPSA, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| Ativo fixo tangível | Vida útil estimada |
|--------------------------------|--------------------|
| Edifícios e outras construções | 50 anos |
| Equipamentos de transporte | 4 anos |
| Equipamento administrativo | entre 2 e 8 anos |
| Outros ativos fixos tangíveis | entre 4 e 10 anos |

A vida útil e métodos de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas. As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem. O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;



- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

Para as finalidades deste capítulo, o termo «imposto sobre o rendimento» inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

Reconhecimento e mensuração

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

Os passivos (ativos) por impostos sobre o rendimento dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser contabilizadas como um gasto a afetar os resultados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Dívidas de terceiros

As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo. As dívidas de sócios ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros



As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da CPSA.

4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.



b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

| Descrição | 2024 | Adições | Abates | Transferenc. | 2025 |
|----------------------------|---------|---------|--------|--------------|---------|
| Equipamento básico | 142 858 | 16 480 | | | 159 339 |
| Equipamento transporte | 158 782 | 0 | | | 158 782 |
| Equipamento administrativo | 18 781 | 0 | | | 18 781 |
| Outros ativos tangíveis | 190 | 0 | | | 190 |
| Ativo bruto | 320 611 | 16 480 | 0 | 0 | 337 091 |
| Depreciações acumuladas | 234 705 | 37 804 | | | 272 510 |
| Ativo líquido | 85 906 | -21 324 | 0 | 0 | 64 582 |

5 – ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

a) Os ativos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, com processamento anual.

c) A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

| Descrição | 2024 | Adições | Abates | Transferenc. | 2025 |
|---------------------------|-------|---------|--------|--------------|-------|
| Programas de computador | 3 560 | 0 | | | 3 560 |
| Outros ativos intangíveis | 928 | | | | 928 |
| Ativo bruto | 4 488 | 0 | 0 | 0 | 4 488 |
| Depreciações acumuladas | 2 621 | 1 867 | | | 4 488 |
| Ativo líquido | 1 868 | -1 867 | 0 | 0 | 0 |

6 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:



| Rubricas | 2025 | 2024 | Varição |
|---------------------------------------|------------------|----------------|---------------|
| Prestação de serviços | | | |
| Espaço segurança social | 1 800 | 2 442 | -642 |
| Garagem MEO | 526 | 526 | 0 |
| Comparticipação utentes | 40 599 | 31 549 | 9 050 |
| Eventos e atividades | 1 809 | 858 | 951 |
| Quotas | 333 | 315 | 18 |
| Subtotal | 45 067,20 | 35 690 | 9 377 |
| Subsídios à exploração | | | |
| ISSA | 361 630 | 340 384 | 21 246 |
| Fundo Regional Emprego | 0 | 0 | 0 |
| BPI - Fundacion La Caixa | 29 720 | 14 605 | 15 115 |
| Subsídio Social Mobilidade | 0 | 130 | -130 |
| CMPD | 16 460 | 16 280 | 180 |
| INSCO | 0 | 239 | -239 |
| DR Energia | 700 | 0 | 700 |
| INATEL | 0 | 200 | -200 |
| Subtotal | 408 510 | 371 837 | 36 672 |
| Outros rendimentos e ganhos | | | |
| Descontos obtidos | 0 | 0 | 0 |
| Imputação subsídios para investimento | 32 755 | 28 971 | 3 784 |
| Outros | 0 | 2 800 | -2 800 |
| Subtotal | 32 755 | 31 771 | 984 |
| Juros | | | |
| Depósitos bancários | 432 | 428 | 4 |
| Subtotal | 432 | 428 | 4 |
| TOTAL | 486 763 | 439 725 | 47 038 |

O valor registado na rubrica “Outros” em 2024 é referente a regularização de valores do ano anterior.

7 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

7.1 – Fornecedores, sócios, utentes, outras contas a receber e a pagar e pessoal

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de fornecedores, sócios, utentes, outras contas a receber e pagar e pessoal, apresentavam a seguinte decomposição:



| Descrição | 2025 | | | 2024 | | |
|-----------------------|--|----------------------------------|---------------|--|----------------------------------|---------------|
| | Passivos financeiros mensurados ao custo | Perdas por imparidade acumuladas | Total | Passivos financeiros mensurados ao custo | Perdas por imparidade acumuladas | Total |
| Passivos | | | | | | |
| Fornecedores | -648 | 0 | -648 | 0 | 0 | 0 |
| Outras contas a pagar | 41 244 | 0 | 41 244 | 38 508 | 0 | 38 508 |
| Total do passivo | 40 596 | 0 | 40 596 | 38 508 | 0 | 38 508 |
| Total líquido | 40 596 | 0 | 40 596 | 38 508 | 0 | 38 508 |

| Descrição | 2025 | | | 2024 | | |
|-------------------------|--|----------------------------------|--------------|--|----------------------------------|--------------|
| | Ativos financeiros mensurados ao custo | Perdas por imparidade acumuladas | Total | Ativos financeiros mensurados ao custo | Perdas por imparidade acumuladas | Total |
| Ativos | | | | | | |
| Clientes e utentes | 1 274 | 0 | 1 274 | 1 454 | 0 | 1 454 |
| Outras contas a receber | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total do passivo | 1 274 | 0 | 1 274 | 1 454 | 0 | 1 454 |
| Total líquido | 1 274 | 0 | 1 274 | 1 454 | 0 | 1 454 |

Os valores registados em “Outras contas a pagar” para ambos os exercícios são referentes à especialização do valor das férias, subsídios de férias e respetivos encargos do ano 2025 que, de acordo com a legislação laboral vigente, apenas serão pagos no decorrer de 2026 (40.350 euros), especialização de gastos de dezembro liquidados em janeiro (377 euros) e dívida ao SINTAP referente a retenções feitas às colaboradoras sindicalizadas (508 euros).

7.2 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

| Descrição | 2025 | 2024 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Caixa e depósitos bancários | | |
| Caixa | 0 | 0 |
| Depósitos à ordem | 326 661 | 213 752 |
| Depósitos a prazo | 38 008 | 37 651 |
| Total | 364 669 | 251 403 |

8 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:



| Gastos com o pessoal | 2025 | 2024 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Remunerações do pessoal | 252 046 | 228 929 |
| Encargos sobre remunerações | 56 222 | 48 515 |
| Outros gastos | 2 403 | 3 368 |
| Total | 310 670 | 280 812 |

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho e seguro de acidentes de trabalho.

9 – OUTRAS INFORMAÇÕES

9.1 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

| Descrição | 2025 | 2024 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Estado e outros entes públicos | | |
| Ativos | | |
| Imposto sobre rendimento a receber | 76 | 75 |
| Total do ativo | 76 | 75 |
| Passivos | | |
| Retenção impostos sobre rendimento | 719 | 804 |
| Contribuições para segurança social | 6 419 | 3 306 |
| Total do passivo | 7 138 | 4 110 |
| Total líquido | 7 062 | 4 035 |

9.2 - Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

| Fundos patrimoniais | 2025 | 2024 |
|--|----------------|----------------|
| Fundos | | |
| Resultados transitados | 176 466 | 84 569 |
| Outras variações nos fundos patrimoniais | 104 584 | 121 420 |
| Resultado líquido do período | 101 817 | 91 897 |
| Total | 382 866 | 297 886 |

9.3 - Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica dos «Fornecimentos e serviços externos» apresentava a seguinte decomposição:



| Fornecimentos e serviços externos | 2025 | 2024 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Serviços especializados | 11 272 | 12 728 |
| Materiais | 7 345 | 4 664 |
| Energia e fluídos | 3 473 | 3 390 |
| Deslocações, estadas e transportes | 0 | 537 |
| Serviços diversos | 8 521 | 6 772 |
| Total | 30 610 | 28 091 |

O valor registado em custos de mercadorias vendidas e matérias consumidas é referente aos gastos com aquisição de produtos alimentares para os CATLs e Centro de Convívio para Idosas.

10 – OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica dos «Outros gastos e perdas» apresentava a seguinte decomposição:

| Outros gastos e perdas | 2025 | 2024 |
|---|------------|------------|
| Impostos | 39 | 10 |
| Quotizações | 317 | 265 |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 335 |
| Total | 357 | 610 |

11 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período. As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 4 de março de 2026.

CC Nº 40014

A Direção

Presidente

Secretário

Tesoureiro

Marco Cabral

Maria Carmo
Viveiros Reis

Paulo Manuel
Melo Oliveira

Marco Aurélio
Arruda Cabral